

Governos, partidos e democracia: passando a limpo alguns aspectos da política goiana

FERREIRA, Denise Paiva; BEZERRA, Heloísa Dias (Org.). *Panorama da política em Goiás*.
Goiânia: Ed. UCG, 2008. 160 p.

MURILO VILARINHO

Mestrando em Sociologia (Universidade Federal de Goiás)

Goiânia, Brasil

murilochv@yahoo.com.br

NO CORAÇÃO DA TERRA *BRASILIS* ergueu-se a joia dos bandeirantes, tão cobiçada por Anhanguera outrora – falamos do estado de Goiás. Este, desde os ventos da modernização soprados pelo advento da construção de Goiânia, vem sendo lapidado por seus governantes de acordo com suas conveniências, ideologias partidárias e barganhas políticas.

Ao longo dos últimos anos, Denise Paiva Ferreira e Heloísa Dias Bezerra, professoras da Universidade Federal de Goiás (UFG), se dedicaram a compreender de forma mais aprofundada o cenário da política do estado de Goiás. De suas cuidadosas observações é que saiu o livro *Panorama da política em Goiás*. Os seis artigos reunidos na obra têm como foco o quadro político goiano, inserido numa realidade temporal que se inicia por volta da década de 1950 estendendo-se até a contemporaneidade. Esse quadro fornece a base que respalda uma série de discussões pontuais que são colocadas em xeque, a começar pela inserção de Iris Rezende Machado na política de Goiás, caminhando até as questões atuais que permeiam os conceitos de volatilidade eleitoral e informação nos tempos da internet, conceitos estes mergulhados em um contexto democrático de locomoção dos atores na arena política goiana.

Nesse sentido, no primeiro texto, “A imersão de Iris Rezende na política – entre o estilo de Pedro Ludovico e a gestão inovadora de Mauro Borges”, Cileide Alves Cunha remonta o percurso de vida de Iris, desde sua chegada em Goiânia em 1950 ao final da década de 1960. A autora demonstra, no decorrer do artigo, o processo de formação política do jovem Iris, cuja origem data de sua participação no grêmio estudantil do Lyceu de Goiânia até a grande inspiração advinda de Mauro Borges (com relação a sua gestão administrativa) e do pai deste, Pedro Ludovico Teixeira (que serve de modelo ao ato de lidar e controlar o partido e suas lideranças). Contudo, a escritora deixa claro que o estilo de fazer política de Iris se construiu através de uma mescla de elementos ludoviquistas e do desenvolvimentismo de Kubistchek.

No segundo trabalho, “Governadores na era PMDB em Goiás (1982-1998) – um caso de ‘hiperpresidencialismo’ regional?”, Silvana Krause discute a “era” do PMDB analisando os governos de Iris Rezende (1983-1986), Henrique Santillo (1987-1990), Iris Rezende (1991-1994) e Maguito Vilela (1995-1998). Nessa “era”, os governadores que administraram Goiás “reinaram” sob o signo de uma cultura política e partidária, em que o Poder Executivo tinha características de poder autônomo em relação ao Legislativo e a sua própria base partidária. O Estado era personificado e altamente expansivo em matéria administrativa. Assim, seriam aplicáveis à “era” do PMDB no poder goiano os

conceitos de “hiperpresidencialismo” e “presidencialização da política”.

No terceiro artigo da coletânea, “As bases sociais do PT em Goiás: estruturação e recrutamento político”, Paulo Roberto Miranda expõe a emergência e a trajetória do Partido dos Trabalhadores (PT) no estado de Goiás entre 1980-2002. O autor descreve com clareza a dificuldade que o partido enfrentou para se instalar em Goiás. Ele salienta que, sem apoio de outros grupos políticos já consolidados, o PT encontrou na base social e em movimentos sociais do escopo da Oposição Sindical Rural, Movimento dos Trabalhadores (MT), da Comissão Pastoral da Terra (CPT), nos professores e profissionais liberais na cidade e trabalhadores rurais no campo o seu respaldo e voz política. O professor e ex-prefeito da capital Pedro Wilson Guimarães é um exemplo de petista proeminente em Goiás.

No quarto trabalho, intitulado “A relação entre os poderes executivo e legislativo em Goiás no período de 1995 a 1998”, Gustavo Faria Lopes examina a prevalência do Poder Executivo sobre o Poder Legislativo. Para tanto, o autor assevera que as informações coletadas e analisadas a partir dos projetos de lei do estado de Goiás justificam concluir que o Executivo estadual controla os mecanismos de poder de agenda, por exemplo, em detrimento do Legislativo. Nesse sentido, observa-se que o governador domina o *modus operandi* no que se refere à implementação das políticas públicas em proveito próprio. Assim, o resultado da relação entre Executivo e Legislativo se distancia consideravelmente da relação equilibrada de poderes que foi defendida pelos autores dos artigos federalistas, Madison, Jay e Hamilton, para os quais, usando as palavras de Lopes, “a partir do modelo de controle mútuo do poder, também denominado pesos e contrapesos, [...] a estabilidade do regime é derivada da contraposição entre poderes que equilibram as relações públicas” (p. 102). Portanto, tal equilíbrio dos poderes não se verificou em Goiás, no período analisado.

No quinto texto, “Volatilidade eleitoral e desenvolvimento do sistema partidário em Goiás (1982-2006)”, Denise Paiva Ferreira expõe sobre a mudança e a estabilidade partidárias no que diz respeito à volatilidade eleitoral, um dos instrumentos para a mensuração de variações no apoio eleitoral às ofertas do sistema partidário. Ferreira relembra que, quanto mais baixa se encontra a volatilidade eleitoral, mais institucionalizado é o sistema partidário. Um fato que chama atenção, de acordo com a escritora, é que o Brasil, depois das eleições de 2002, tornou-se uma das nações no contexto sul-americano com baixo índice de volatilidade eleitoral. Ainda conforme a autora, em Goiás nota-se um declínio das taxas de volatilidade eleitoral, cuja resultante aponta para um panorama político-partidário com maior estabilidade competitiva. Os dados obtidos a partir de uma metodologia de

avaliação específica justificam esses resultados.

O sexto e último trabalho intitula-se “Atores políticos, informação e *accountability*: Goiás, um estudo de caso”. Nele, Heloísa Dias Bezerra, Elisa Signates, Gabrielle Bertolli e Uianã Cruvinel declaram a importância da informação para clarificar, através da prestação de contas, o exercício da atividade pública, em detrimento do mau uso da informação (mídia, internet, entre outros) para a propaganda política. As autoras afirmam que há demandas significativas da sociedade no que concerne a uma maior abrangência da informação que não a indexada pela ideologia governamental. Elas enunciam, parafraseando Schumpeter, que o déficit cognitivo dos indivíduos com relação à política é uma realidade, o que, somado à exclusão sociocultural e aos interesses particularistas dos governos, partidos e candidatos, leva à gestação de uma espécie de apatia política. Isso acaba por colocar em questão as liberdades individuais, a *accountability* e mesmo a democracia. No entanto, as autoras chamam a atenção para o papel das mídias alternativas que melhor representem os anseios da sociedade civil e melhor sirvam para a informação e a formação política dos cidadãos.

Em última consideração, esse trabalho analisa o estado de Goiás, no que concerne à disponibilização de informação a partir do meio institucional (político) à sociedade. Assim, através das dimensões partidárias, sítios do executivo, mídias impressas, dentre outros aspectos, verificou-se a carência de aparato informacional condizente à disponibilização da informação. Esse quadro visto em Goiás reforça o desamparo do cidadão diante das instâncias deliberativas de poder público, que se distanciam qualitativamente da ideologia de sua estruturação, ou seja, corresponder equitativamente ao bem comum.

Panorama da política em Goiás é uma obra conduzida de forma coerente e responsável com relação ao manuseio das informações, dados e considerações. No decorrer de seis interessantes artigos, o quadro político goiano foi sendo passado a limpo a partir de um recorte de tempo que se inicia na década de 1950, com a origem da vida pública de Iris Rezende Machado, estendendo-se até a contemporaneidade, especificamente nos idos de 2006, inclusive com uma discussão em que se contempla a modernidade do sistema político com referências à necessidade de informação para a sociedade civil provida das instituições deliberativas de poder.

A obra, como um todo, se edificou de forma pertinente, conseguindo repassar a sua mensagem principal, ou seja, a política goiana na figura da cena pública, da configuração do mosaico partidário, da emergência e consolidação dos governos, políticos e das lideranças.

Trazendo a discussão para uma avaliação mais geral da realidade político-social goiana, é relevante salientar a importância de dois dos artigos da coletânea: o de

Lopes, que oferece uma construção teórica consistente, ao demonstrar que no estado de Goiás, entre os anos de 1995 e 1998, o Executivo controlava o Legislativo em proveito próprio, tornando nítido o jogo de interesses e poderes no palco político regional; e o trabalho de Bezerra e suas coautoras, que expõe a necessidade da informação na relação entre governantes e governados. Nesse sentido, o primeiro pontua um fato regional que é a realidade (inclusive atual) de muitos contextos políticos, e o segundo aponta para a informação, a

accountability, a boa governança, a acessibilidade como elementos que proporcionariam maior transparência às dinâmicas políticas do Executivo e do Legislativo, podendo auxiliar o desenvolvimento de uma democracia equilibrada, menos polarizada e que melhor correspondesse aos ideais de equidade, justiça, liberdade e moralidade. Assim, recomenda-se a leitura deste livro a todos que anseiam conhecer e entender o panorama da política em Goiás ontem e o seu reflexo hoje.

Data de recebimento: 14-05-2009

Data de aprovação: 19-05-2009

